



MARCELO RODRIGUES BARRAGAN

**IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM
SURDOS NA PERSPECTIVA DE PSICÓLOGOS AVALIADORES**

CANOAS, 2025

MARCELO RODRIGUES BARRAGAN

**IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM
SURDOS NA PERSPECTIVA DE PSICÓLOGOS AVALIADORES**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Psicologia da Universidade La Salle, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Luan Paris Feijó

CANOAS, 2025

MARCELO RODRIGUES BARRAGAN

**IDENTIFICAÇÃO DOS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA EM
SURDOS NA PERSPECTIVA DE PSICÓLOGOS AVALIADORES**

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Psicologia da Universidade La Salle, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Aprovado pelo avaliador em 30 de novembro de 2025.

Professor Dr. Luan Paris Feijó

Universidade La Salle

RESUMO

A avaliação psicológica é um processo estruturado de investigação que subsidia a tomada de decisão do psicólogo quanto à presença, à natureza e à expressão de fenômenos psicológicos em um indivíduo. Pessoas surdas, por diferentes razões, também demandam esse tipo de intervenção profissional. Segundo o Censo do IBGE de 2022, cerca de 1,3% da população brasileira apresenta algum grau de deficiência auditiva, o que corresponde a aproximadamente 2.640.050 pessoas. A avaliação psicológica, ancorada em procedimentos científicos, engloba entrevistas, protocolos de observação e aplicação de instrumentos psicológicos. Considerando a perspectiva da inclusão, este estudo articula a avaliação psicológica ao contexto da surdez no Brasil, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados por psicólogos da Região Metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul ao realizar avaliações com pessoas surdas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que combina levantamento teórico e investigação de campo. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro psicólogos avaliadores e analisados com base no método de Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciam desafios recorrentes no processo avaliativo, indicando a persistência de desigualdades entre a avaliação de pessoas surdas e ouvintes, bem como a necessidade de avanços para a promoção de práticas verdadeiramente inclusivas.

Palavras-chave: surdos; deficientes auditivos; avaliação psicológica.

ABSTRACT

Psychological assessment is a structured investigative process that guides psychologists in making decisions regarding the presence, nature, and expression of psychological phenomena in an individual. Deaf individuals, for various reasons, also require this type of professional intervention. According to the 2022 Brazilian Census (IBGE), approximately 1.3% of the Brazilian population presents some degree of hearing impairment, corresponding to roughly 2,640,050 people. Psychological assessment, grounded in scientific procedures, encompasses interviews, observational protocols, and the administration of standardized psychological instruments. From an inclusion-oriented perspective, this study connects psychological assessment within the context of deafness in Brazil, aiming to identify the main challenges faced by psychologists in the Metropolitan Region of Porto Alegre, in the state of Rio Grande do Sul, when conducting assessments with deaf individuals. This qualitative, exploratory research combines theoretical investigation with field inquiry. Data were collected through semi-structured interviews with four assessment psychologists and analyzed using Content Analysis. The findings highlight recurrent challenges throughout the assessment process, indicating the persistence of inequalities between the assessment of deaf and hearing individuals, as well as the need for improvement toward truly inclusive professional practices.

Keywords: deaf individuals; hard of hearing; psychological assessment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO	7
2.1 Avaliação Psicológica.....	7
2.2 Contexto Legal e Epidemiológico	8
2.3 Competências Necessárias ao Psicólogo.....	9
2.4 Desafios da Avaliação Psicológica na Deficiência Auditiva	10
3 METODOLOGIA.....	11
3.1 Delineamento	11
3.2 Participantes da pesquisa	11
3.3 Instrumentos	12
3.4 Procedimento de coleta de dados	13
3.5 Procedimentos de análise de dados.....	13
3.6 Procedimentos éticos	13
4 RESULTADOS	14
4.1 Formação do profissional e habilidade no uso de instrumentos e técnicas psicológicas	14
4.2 Contextos em Avaliação Psicológica para atendimento de surdos	15
4.3. Necessidade de adaptação do setting para avaliação psicológica de surdos	16
4.4. Principais desafios enfrentados.....	17
5 DISCUSSÃO	19
6 CONCLUSÃO.....	21
REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

A Avaliação psicológica constitui um processo estruturado de investigação, que busca auxiliar o psicólogo na tomada de decisão, acerca da presença ou não de fenômenos psicológicos em um indivíduo. Esta investigação é fundamentada em procedimentos científicos e contempla entrevistas, protocolos de observações e testes psicológicos (CFP, 2022).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima a população mundial em cerca de 8,17 bilhões de pessoas (Worldometers, 2024). O Censo do IBGE de 2022, identificou que aproximadamente 2.640.050 de brasileiros apresenta algum grau de deficiência auditiva (IBGE, 2022). Assim, o estabelecimento de políticas públicas e ações sociais, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lançado em 2015, tornam-se prioritários para garantir a equidade para esta população em relação aos ouvintes (Barros, 2019; Senado Federal, 2019).

O artigo 2º da Lei Federal 10.098/2.000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, incluindo a adaptação dos meios de comunicação ao uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (Lei 10.098, 2000). Já o artigo 1º da Lei Federal nº 10.436/2.002, reconhece a Libras como meio oficial de expressão e comunicação no Brasil. O artigo 2º dessa mesma lei determina que os órgãos públicos e concessionárias devem apoiar o uso de LIBRAS como meio de comunicação acessível e objetiva, garantindo a inclusão e o exercício dos direitos das pessoas surdas no país (Lei 10.436, 2002).

A Psicologia, amparada pelo Código de Ética Profissional, aprovado pela Resolução CFP nº 010/2005, assume papel neste contexto, ao exigir que o psicólogo evite discriminações e/ou negligências, atue com responsabilidade, busque constante aprimoramento profissional, divulgue espaço para discussão acerca da eliminação das desigualdades e preste serviços de excelência, aplicando princípios, conhecimentos e métodos reconhecidos, éticos e legais (CFP, 2005). Neste sentido, o Conselho Federal de Psicologia lançou recentemente a Resolução nº 09/2025 que estabelece orientações para os profissionais de psicologia em relação ao atendimento à população surda, tais como o respeito à autonomia, às características psicológicas, sociais e culturais, às demandas de acessibilidade, incluindo a liberação do uso de intérpretes quando o profissional não possuir fluência em Libras (CFP, 2025).

Muitas pessoas utilizam outras metodologias de comunicação, como a leitura orofacial, gestos, apontamento de objetos, linguagem escrita, soletração com os dedos, mímica e desenhos (Cardoso & Capitão, 2007). Em contrapartida, a escassez de avaliadores proficientes na língua de sinais, capacitados social, cultural e linguisticamente a interagir com o avaliando, agrava ainda mais essa situação (Wilkins et al., 2022).

Portanto, o objetivo desta pesquisa é o de identificar os desafios acerca da avaliação psicológica de deficientes auditivos na perspectiva de psicólogos avaliadores. Buscou também verificar se os desafios da avaliação psicológica de deficientes auditivos associam-se com o tempo de formação e experiência dos psicólogos avaliadores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Avaliação Psicológica

A Avaliação psicológica constitui um processo estruturado de investigação, que busca auxiliar o psicólogo na tomada de decisão, acerca da presença ou não de fenômenos psicológicos em um indivíduo (CFP, 2022). Este procedimento é limitado no tempo, normalmente se estendendo entre 8 e 12 sessões de 45 a 50 minutos cada, e envolve entrevistas semiestruturadas de anamnese com o avaliando e demais informantes, como pais, avós, professores e familiares. Esta investigação é fundamentada em procedimentos científicos e contempla múltiplos métodos, recursos e instrumentos fundamentais, padronizados de acordo com a cultura, faixa etária, gênero e nível de escolaridade da população a qual se pretende atender, e complementares, finalizando com a elaboração de um laudo psicológico e uma entrevista devolutiva para discutir os resultados, prognósticos, encaminhamentos e recomendações (Hutz, 2016).

Apesar da avaliação psicológica ser amplamente utilizada para embasar a tomada de decisão em diversas áreas, como prática clínica, hospitalar, jurídica, orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal, ela exige esforço considerável do psicólogo para dar conta das diversas etapas do processo. A maioria dos testes verbais produzidos ou adaptados para o público brasileiro e validados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI é padronizada para falantes

(Furtado, 2023).

2.2 Contexto Legal e Epidemiológico

A audição é a percepção sensorial do som. Ela inicia pela captação de ondas de pressão sonora no ouvido externo. A energia mecânica dessas ondas é então decodificada no ouvido interno e transmitida, através do nervo auditivo, aos centros superiores, onde ocorre a interpretação final do som (Elbay et al., 2023).

A deficiência auditiva ou a surdez é uma limitação fisiológica da audição, de longa duração, que pode impedir que o indivíduo participe da sociedade de forma plena, igualitária e efetiva (Brasil, 2015; Neves & Zatti & Freitas, 2019; Sayed et al., 2018). Esta deficiência pode ser classificada em níveis suaves, leves, moderados, graves ou profundos, e pode afetar um (unilateral) ou os dois ouvidos (bilateral). As causas podem ser genéticas, relacionadas a problemas na gestação, no parto, ou a lesões e traumas (Angelini & Oliveira, 2003).

A perda auditiva também é categorizada de acordo com o momento em que ocorre. Se acontece em período anterior ao completo desenvolvimento da fala, prejudicando a aquisição da linguagem em crianças, é denominada como pré-lingual. Por outro lado, se manifestar-se após o desenvolvimento pleno da linguagem, é chamada de pós-lingual (Elbay et al., 2023).

Estima-se que os surdos pré-linguais enfrentam impactos negativos na qualidade de vida, como isolamento social, tristeza e raiva. Já os adultos que perdem a audição, tendem a passar por adaptação semelhante às cinco fases não lineares do luto descritas por Elizabeth Kubler-Ross: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação da deficiência nas atividades diárias de sua vida pessoal e profissional (AlqudahID et al., 2024). A perda auditiva não afeta apenas a saúde física e mental dos deficientes, mas também a de seus familiares e relacionamentos próximos (OPAS, 2021).

Um estudo recente identificou que alunos com problemas auditivos reportaram dificuldades de enfrentar situações públicas, medo de cometer erros, de serem maltratados por outras pessoas e ansiedade de separação. Da mesma forma, idosos com redução auditiva sentem constrangimento, nervosismo, irritabilidade, depressão, desconforto na realização de atividades diárias, ao participar de rodas de conversas e eventos sociais, ao ir às compras sozinhos ou frequentar restaurantes. Entretanto,

destaca-se que algumas pessoas relutam em identificar suas perdas auditivas como deficiência, o que resulta na demora em buscar acompanhamento médico e no aumento dos índices de problemas psicológicos (AlqudahID et al., 2024).

2.3 Competências Necessárias ao Psicólogo

O psicólogo que deseja atender pessoas com deficiência auditiva deve respeitar aspectos biopsicossociais e a biculturalidade das pessoas surdas, ter postura inclusiva e acolhedora, fluência em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, adequar o espaço físico para acessibilidade e equidade e buscar formação continuada (ABNT, 2020; Brasil, 2015; CFP, 2025; Furtado, 2023; Rocha et al., 2024; Wilkins et al. 2022).

Esta biculturalidade considera as particularidades educacionais, saúde, crenças, ideias, costumes, hábitos e linguagem próprios desta população. É imprescindível que os costumes da população surda sejam preservados nas avaliações psicológicas (Furtado, 2023). A postura inclusiva e acolhedora preza pelo respeito à independência e autodeterminação do surdo, de forma não discriminativa em todas as interações, de modo a promover a equidade no atendimento à pessoa surda (Brasil, 2015; CFP, 2025b).

A fluência na Língua Brasileira de Sinais – Libras é primordial para psicólogos que desejem atender pessoas com deficiência auditiva. Apesar de poderem recorrer ao uso de intérpretes da língua, de forma presencial ou através de tecnologias assistivas por meio do uso de Tecnologias Digitais de Inclusão e Comunicação - TDIC (ABNT, 2020; CFP, 2025), ou a outros recursos como a leitura labial ou a escrita, apenas o domínio de Libras garantirá que o avaliador perceba os movimentos faciais e corporais utilizados pelo avaliando para se comunicar.

Para garantir conforto e autonomia do examinando, o intérprete presencial deverá ser, preferencialmente, indicado pelo avaliando e estar posicionado próximo da pessoa surda e no seu campo de visão (CFP, 2025b). O intérprete deverá receber treinamento sobre o plano de atendimento, os instrumentos de avaliação e os termos técnicos que serão utilizados pelo avaliador, para garantir fidedignidade e fluidez na comunicação (CFP, 2025).

Em um mundo globalizado e interconectado, os sistemas de TDIC, que incluem aplicativos de geração simultânea de legendas, reconhecimento automático de voz,

leitores de tela e tradução simultânea de Português/Libras se apresentam como ferramentas tecnológicas assistivas de apoio nos atendimentos online (ABNT, 2020; CFP, 2025). Para atender aos requisitos de acessibilidade, o espaço físico deverá ser adaptado, de modo a contemplar a utilização de mobiliário, iluminação, recursos de redução de ruídos e de sinalização visual adequados para o atendimento da população surda (CFP, 2025b).

Entretanto, no que se refere à comunicação, sem o domínio de Libras o profissional fixará sua *atenção* à leitura ou à escuta e ignorará as expressões utilizadas pelo avaliando para se comunicar. Esta prática dificultará ao profissional identificar a intenção e a emoção verdadeira emitidas pelo participante, levando a um atendimento menos inclusivo e humanizado por parte do avaliador e à ansiedade, depressão, desmotivação, isolamento e solidão do avaliando. Por outro lado, apesar de ser uma alternativa para mitigar os desafios de comunicação, a utilização de intérprete Libras, sem graduação em Psicologia, no processo de avaliação psicológica, foi questionada durante muito tempo, pelo fato de poder comprometer a privacidade do avaliando, o sigilo profissional do avaliador, o vínculo terapêutico e receber acesso aos testes reservados a Psicólogos (CPF, 2025; Furtado, 2023; Rocha, et al., 2024). Entretanto, a Resolução 09/2025 e a Nota Técnica 18/2025 permitem o uso de intérprete quando o psicólogo não possui fluência em Libras (CFP, 2025).

Em relação à formação continuada, estes psicólogos deverão buscar preparação adequada e a atualização constante através de cursos de pós-graduação, prática supervisionada e contato com pesquisas relacionadas ao tema. A educação continuada, a certificação como bilíngue, o espaço físico acessível, uma postura respeitosa, inclusiva, acolhedora e com equidade proporcionarão um atendimento inclusivo e humanizado e evitarão provocar ansiedade, depressão, desmotivação, isolamento e solidão no avaliando (Wilkins et al. 2022; Furtado, 2023; Rocha et al., 2024).

2.4 Desafios da Avaliação Psicológica na Deficiência Auditiva

Dentre os desafios da avaliação psicológica de pessoas surdas, destaca-se o fato de que os avaliadores devem possuir fluência na Língua Brasileira de Sinais, a baixa compreensão da Língua Portuguesa por parte do avaliando provocada pela

redução ou a ausência de audição, a necessidade de maior tempo de execução e de resposta aos testes em Libras em comparação à linguagem oralizada, a carência de instrumentos de avaliação normatizados para a Língua Brasileira de Sinais e o imperativo de reduzir a ansiedade e desistência da pessoas surdas durante a avaliação psicológica através da utilização de instrumentos adequados para esta população (Furtado, 2023; Wilkins et al., 2022).

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento

O estudo foi realizado a partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória. A pesquisa de natureza qualitativa reflete as perspectivas e pontos de vista dos participantes de um estudo (Yin, 2016).

Já a pesquisa exploratória constitui um estudo cujo foco primordial é o de adquirir familiaridade com o fenômeno em análise. Esta abordagem permite ao investigador delimitar com maior precisão o problema estudado, formular hipóteses mais consistentes, selecionar os métodos mais adequados e determinar os aspectos que demandam maior atenção e investigação detalhada. Além disso, amplia a compreensão sobre o tema e pode alertar o pesquisador sobre potenciais dificuldades, sensibilidades e pontos de resistência. Pesquisadores recorrem a estudos exploratórios ao explorar áreas ou assuntos pouco investigados ou quando buscam uma compreensão mais aprofundada do fenômeno de interesse (Piovesan, 1995).

Para garantir a qualidade dos procedimentos, utilizou-se o *Checklist Consolidated criteria for reporting qualitative research (Coreq)*. Esse instrumento é estruturado em três eixos de análise: características da equipe de pesquisa, delineamento metodológico do estudo e análise, incluindo as conclusões apresentadas no estudo (Tong & Sainsbury & Craig, 2007).

3.2 Participantes da pesquisa

Foram convidados a participar da pesquisa 33 psicólogos(as), dentre os quais, 1 recusou a participação por indisponibilidade de horário, 20 não preencheram os requisitos de participação, 8 não deram retorno às tentativas de contato. A pesquisa contou com a participação de 04 psicólogos, com idades entre 36 e 48 anos de idade, com tempo de atuação profissional de 3 a 15 anos e com experiência de 1 a 15 anos de avaliação psicológica de surdos. Três entrevistados possuem cursos de pós-graduação e 1 está cursando mestrado. Todos os entrevistados atuam sob a linha teórica da Terapia Cognitivo Comportamental - TCC.

Os participantes foram selecionados a partir de pesquisa em sites que disponibilizam listas de psicólogos que possuem conhecimento em Libras e experiência em atendimento à população surda. A medida em que as entrevistas foram sendo realizadas, utilizou-se também o método conhecido como bola de neve (Vinuto, 2014), no qual cada entrevistado poderia sugerir outros profissionais de seu convívio pessoal para serem entrevistados, formando cadeias específicas de referência, sendo particularmente útil em pesquisas que envolvem grupos de difícil acesso.

3.3 Instrumentos

Foi utilizada a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. O roteiro pré-organizado consistiu em nove questões amplas, relacionadas à (1) motivação dos psicólogos para atender surdos, (2) a faixa etária dos indivíduos avaliados, (3) fatores motivacionais pelos quais os surdos buscam avaliação, (4) se eles entendem a necessidade de adaptação do *setting*, (5) percepções, (6) desafios e (7) instrumentos utilizados na avaliação desta população, (8) se os avaliadores possuem proficiência em Libras e (9) se os avaliadores percebem a necessidade de produção de orientações/notas técnicas para apoiar as avaliações psicológicas desta população.

O questionário utilizado buscou obter respostas abertas e oferecer aos entrevistados liberdade para expressar suas percepções. Uma das principais vantagens desse tipo de entrevista é a sua flexibilidade, permitindo ajustes de acordo com as características individuais de cada entrevistado (Gil, 2019). Dessa forma, a entrevista semiestruturada proporcionou uma abordagem adaptativa, que facilitou a obtenção de insights e informações contextualizadas, fundamentais para a

compreensão abrangente do tema em estudo. O roteiro de entrevista investigou as dificuldades e especificidades na realização das avaliações psicológicas da população surda.

3.4 Procedimento de coleta de dados

Os psicólogos participantes desta pesquisa foram contatados inicialmente através de mensagens enviadas via *Whatsapp* ou mensagens diretas via *Instagram*, onde foi apresentado o tema do estudo e formalizado o convite para a participação. Após o aceite, as entrevistas foram agendadas, conforme disponibilidade do participante, e realizadas de forma online através do sistema Microsoft Teams. Este sistema permitiu a gravação de todas as entrevistas e realizou a transcrição automática da entrevista para arquivos em formato Microsoft Word. Os participantes assinaram eletronicamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que informa sobre a gravação de áudio e posterior transcrição das respostas, natureza das perguntas, armazenamento e utilização dos dados coletados e demais direitos do entrevistado. As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos.

3.5 Procedimentos de análise de dados

Considerando o viés qualitativo da pesquisa, utilizou-se o procedimento de análise temática que, segundo Braun e Clarke (2006), tem por objetivo identificar, analisar e relatar padrões dos dados coletados, a partir de 6 fases de análise, compostas por: (1) familiarização com os dados; (2) geração de códigos iniciais; (3) busca por temas; (4) revisão dos temas; (5) definição e nomeação dos temas; (6) produção de relatório. As entrevistas foram gravadas e transcritas; lidas, identificadas e categorizadas nas seguintes unidades temáticas: (1) Formação do profissional e habilidade no uso de instrumentos e técnicas psicológicas; (2) Contextos em Avaliação Psicológica para atendimento de surdos; (3) Necessidade de adaptação do setting para avaliação psicológica de surdos e (4) Principais desafios enfrentados.

3.6 Procedimentos éticos

O roteiro de entrevista, assim como todos os conteúdos pertencentes ao corpo da pesquisa foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética da Universidade La Salle (CAAE 91454325.8.0000.5307). O entrevistado foi conscientizado sobre a possibilidade de gravação em áudio de suas respostas, bem como sobre os potenciais riscos, incluídos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4 RESULTADOS

4.1 Formação do profissional e habilidade no uso de instrumentos e técnicas psicológicas

Esta categoria centraliza temas relacionados a experiência dos entrevistados, suas habilidades em LIBRAS e os instrumentos de avaliação psicológica utilizados. Os entrevistados têm entre 3 e 15 anos de formação profissional. Todos investem em educação continuada por meio de cursos de pós-graduação e/ou mestrado em Psicologia. A atuação clínica é orientada pela abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental. Os entrevistados não possuem certificado de proficiência em Língua Brasileira de Sinais - Libras, apenas cursos em nível de extensão, exceto os entrevistados 3 e 4 que mencionaram terem treinamento e conhecimento avançado na língua, dispensando o uso de intérpretes. *“Então me virava, não era aquela coisa toda, né? Mas conseguia me comunicar o suficiente para poder ministrar as aulas e depois de um determinado tempo, eu já conseguia dispensar o intérprete.”* (Entrevistado 03) *“Não. Eu sempre atuei direto. Já no estágio, eu iniciei com domínio da LIBRAS, tanto clinicando quanto fazendo as avaliações.”* (Entrevistada 04)

Dentre os instrumentos e técnicas psicológicas utilizados na avaliação da população surda, todos os entrevistados realizam a entrevista e utilizam o teste de personalidade. A entrevistada 01 utiliza também os instrumentos de atenção, enquanto o entrevistado 03 usa testes de inteligência e de orientação profissional. A entrevistada 04 utiliza instrumentos não verbais de avaliação dos construtos já mencionados e de funções executivas e escalas de auto e heterorrelato.

Por fim, apenas a entrevistada 1 mencionou que realiza uma entrevista estruturada usando um formulário semelhante aos formulários do *Google*, que permite ao avaliador preencher campos específicos com as suas palavras. Esta pesquisa avalia sinais, sintomas, interação com o ambiente, relacionamentos, questões familiares, jurídicas e empresariais.

4.2 Contextos em Avaliação Psicológica para atendimento de surdos

Esta categoria centraliza temas relacionados ao contexto em que as avaliações psicológicas foram realizadas e o quantitativo de indivíduos surdos atendidos. Os psicólogos entrevistados indicaram que a avaliação psicológica compulsória para atuação laboral/profissional (emprego formal) e para obtenção ou renovação da habilitação de trânsito são o principal motivo para realizarem avaliações psicológicas da população surda. Entretanto, os entrevistados 03 e 04 já avaliaram crianças e adolescentes surdos em ambiente escolar e em consultório. Os indivíduos surdos avaliados tinham entre 18 e 40 anos, com média de 29 anos.

As entrevistadas 01 e 02 foram contratadas para realizar avaliações psicossociais de acordo com a Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1) de candidatos ouvintes e surdos em empresas parceiras na região metropolitana de Porto Alegre/RS. A Norma NR-1 estabelece diretrizes gerais voltadas para a proteção e bem-estar do ambiente laboral, definindo parâmetros e exigências de gerenciamento de riscos ocupacionais e as ações preventivas em Segurança e Saúde do Trabalho (SST). Essas avaliações, realizadas anualmente, abrangem exames admissionais em processos seletivos para serviços de manutenções em ambientes escolares ou em obras civis, assim como em exames periódicos para atividades em áreas de risco, tais como trabalho em altura, eletricidade elevada, brigadista, espaço confinado ou transporte rodoviário de cargas. *“Porque a gente só avalia profissionais com atividades de risco, que é quem trabalha com eletricidade muito alta, com altura, em espaço confinado, quem é brigadista ou caminhoneiro. Tem todas as NRs que dão esse embasamento.”* (Entrevistada 01)

O entrevistado 03 atua como psicólogo avaliador de candidatos ouvintes e surdos, em exames psicológicos do Detran para obtenção ou renovação de habilitação de trânsito. Em 2003, ministrou um treinamento teórico-prático preparatório exclusivo para candidatos surdos, no Centro de Formação de Condutores onde trabalhava, com auxílio de uma intérprete de LIBRAS. O entrevistado 03 também realizou avaliações psicológicas de professores e alunos de uma escola em Caxias do Sul. A entrevistada 04 informou que *“trabalhou durante 7 anos como psicóloga em uma clínica de comunicação vinculada a uma escola para surdos em Porto Alegre/RS, onde realizava avaliações psicológicas de alunos e comunidade em geral.”*

A entrevistada 01 conduziu 08 avaliações psicossociais de candidatos surdos com o suporte de intérprete através da plataforma Icom. *“Então, Marcelo, eu trabalho com avaliação psicossocial, né, em empresas de medicina do trabalho. E eu fiz 2 avaliações com surdos. Um deles era para trabalhar numa escola, o outro era em uma obra. Um deles levou uma intérprete e a outro não.”* (Entrevistada 02)

O entrevistado 03 realizou quinze avaliações psicológicas de indivíduos surdos no Detran, sete avaliações em uma Escola Estadual em Caxias do Sul, e cinco avaliações no consultório, todas sem o auxílio de intérprete. A entrevistada 04 informou que avaliou diversos pacientes surdos, sem o apoio de tradutor, mas não soube precisar o quantitativo.

As informações apresentadas neste tópico demonstram que os entrevistados possuem experiência de avaliação de crianças, adolescentes e adultos. A avaliação psicológica compulsória para atuação laboral/profissional e para obtenção ou renovação da habilitação de trânsito foi o principal motivo para os avaliadores terem realizado avaliações psicológicas de surdos, apesar dos entrevistados já terem realizado avaliações para o contexto escolar.

4.3. Necessidade de adaptação do setting para avaliação psicológica de surdos

Esta categoria centraliza temas relacionados à necessidade de adaptação do espaço de avaliação e os materiais utilizados. Em relação à necessidade de adaptação do *setting* para avaliações psicológicas de surdos, os entrevistados relataram que estes indivíduos necessitam de acolhimento e de um espaço adaptado que contenha boa iluminação e redução de distrações.

“A sala da avaliação deve contemplar uma mesa, preferencialmente redonda, com cadeiras que permitam que o avaliador se sente na frente do candidato surdo para poder observar suas expressões faciais e corporais, mesmo com o apoio de um intérprete LIBRAS. (...) Eu busco avaliar o candidato surdo de forma individualizada em relação aos candidatos ouvintes. (...) Você tem que ir à empresa sempre com uma mala daquelas de rodinha com notebook, extensão, smartphone, carregador, caneta, prancheta e todos os testes. A gente sempre tem que adaptar o setting na hora.” (Entrevistada 01)

“Assim, no local onde eu trabalho, eu tenho o meu espaço, porém ele não é adaptado a PCDs. Às vezes, quando eu vou para as empresas, então eu faço

avaliação in loco, e aí é pior ainda, porque eu tenho que me adaptar ao espaço que a empresa dispuser naquele momento.” (Entrevistada 02)

“É, eu testei várias coisas com os surdos, e a que melhor funcionou foi dar uma piscadinha da luz. Ou dar uma batidinha na mão na frente do campo visual dele. Eu já testei dar um tapinha no ombro dele na hora que eu falo o sinal. Mas ao dar um tapinha no ombro, qual que é o instinto da pessoa? Eu percebi que eles, no reflexo, viravam, desconcentravam, perdiam tempo.” (Entrevistado 03)

“O avaliador deve reduzir estímulos visuais, mas, principalmente, adaptar a sua fala ao contexto e cultura do indivíduo surdo, principalmente na explicação para a aplicação dos testes. Porque a língua é regional e a gente pode esquecer alguns sinais ou pode surgir novos sinais e aquilo que tu pensas já não é mais.” (Entrevistada 04)

Em relação ao ambiente para a avaliação, identificou-se que as preparações para atender surdos e ouvintes devem seguir as mesmas práticas em relação à acessibilidade física e de adequação do mobiliário, assim como disposição de todos os materiais necessários e de redução de distratores visuais. Os entrevistados mencionaram que precisam adaptar a forma de aplicar os testes, buscando manterem-se atualizados em relação às novas expressões da Língua, observando as expressões corporais dos indivíduos surdos e respeitando as características biopsicossociais desta população.

4.4. Principais desafios enfrentados

Este subtema reuniu os principais desafios enfrentados pelos psicólogos que realizam avaliação psicológica de pessoas surdas. Os entrevistados destacaram a necessidade de intérprete de LIBRAS de forma presencial ou online, a adaptação no *setting* e a limitada disponibilidade de testes psicológicos validados para a população surda no Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). *“Apesar de possuir treinamentos de LIBRAS e de perceber que os candidatos surdos fazem leitura labial, eu sempre realizei entrevista de avaliação, explicação e aplicação dos testes psicológicos com estes indivíduos com o apoio de uma intérprete de Libras, disponibilizada através da Plataforma online Icom, acessada a partir de um smartphone” (Entrevistada 01).* Os entrevistados 03 e 04, por outro lado, relataram que possuem domínio de LIBRAS e não necessitam de intérpretes em suas avaliações psicológicas. *“O avaliador sem domínio de LIBRAS, acarreta a presença de um*

intérprete, de um terceiro, que além das questões éticas, e eu não me sentiria a vontade para realizar a avaliação. (...) O avaliador tem que estar atento à Língua e às expressões faciais e corporais do paciente” (Entrevistada 03).

Os entrevistados 03 e 04 destacaram a quantidade de termos técnicos relacionados aos testes e que precisam ser esclarecidos tanto aos intérpretes quanto aos surdos para deixar mais fácil a aplicação dos instrumentos.

O entrevistado 03 apontou a importância do acolhimento dos candidatos surdos antes das avaliações, para reduzir a ansiedade e o estresse. A ausência do intérprete ou do avaliador treinado em Libras gera muita ansiedade nos candidatos, mesmo quando o teste é explicado antecipadamente. Os candidatos surdos apresentavam maior dificuldade que os ouvintes na prova teórica, demonstrando, por outro lado, maior facilidade na prova prática em comparação aos ouvintes. A Língua Brasileira de Sinais é mais objetiva e, por este motivo, os surdos frequentemente tendem a ser mais concretos, não compreendendo analogias.

Em relação à diferença de tempo de duração da avaliação entre ouvintes e não ouvintes, a entrevistada 01 manifestou: *“As testagens duram 1 hora pros ouvintes e pros não ouvintes, demoram uma hora e meia, quase 2 horas, dependendo da dificuldade da plataforma.”* Esta entrevistada complementou que, durante o processo de avaliação psicológica, quando percebeu que o candidato apresentava algum distúrbio, como de atenção, por exemplo, ela emitiu o laudo de Apto com a ressalva, ou seja, recomendando que o indivíduo realizasse treinamento de atualização para atuar na atividade de risco. Quando o teste de personalidade do candidato apresentou resultado anormal, a entrevistada emitiu o laudo de Inapto e com a recomendação para que o candidato buscasse avaliar distúrbios de Transtorno do Estresse Pós-Traumático - TEPT, Transtorno do Déficit De Atenção e Hiperatividade - TDAH adulto ou de Transtorno de Ansiedade e/ou Depressão.

“Sempre que eu precisei fazer algum diagnóstico por alguma situação, eu sempre coloquei muitas ressalvas. Nesse aspecto, há de se ressaltar a condição de ser uma avaliação com testes sem validação para surdos, o que pode influenciar nos resultados” (Entrevistado 03).

Por estes motivos, os entrevistados foram unânimes ao apontarem a necessidade de elaboração de normas e orientações específicas, promover novas pesquisas e disponibilizar literatura atualizada sobre a avaliação psicológica de surdos, bem como aprofundar o conhecimento em Libras. O entrevistado 03 também

destacou a existência de tabelas comparativas por faixa de idade ou de escolaridade com outras regiões do país ou com outros países com foco no público ouvinte e a ausência de crivos e de tabelas de resultados voltadas para a população surda. A entrevistada 04, no mesmo sentido, ressaltou a necessidade de que os indivíduos surdos sejam incluídos no público convidado a participar dos processos de padronização de novos testes.

5 DISCUSSÃO

Os entrevistados indicaram constante aperfeiçoamento através de cursos de pós-graduação e mestrado. Eles também mencionaram que participaram de treinamentos relacionados aos testes aplicados, visando prestar um atendimento mais inclusivo e humanizado, que evite angústia, tristeza e afastamento dos candidatos.

Em relação à entrevista de anamnese e ao processo de avaliação psicológica, todos os entrevistados relacionaram utilizar instrumentos de avaliação de personalidade, além do uso de testes de atenção, inteligência e de orientação profissional, funções executivas, não verbais e escalas. Quanto ao atendimento, este deve ser, preferencialmente, realizado por psicólogo proficiente em Libras. Na ausência desse domínio, com intérpretes escolhidos pelo surdo, garantindo a sua autonomia (CFP, 2025). Destaca-se que apenas 2 dos 4 entrevistados possuem fluência em Libras, enquanto os demais, apesar do conhecimento básico, utilizam intérpretes para conduzir as entrevistas e aplicar os testes psicológicos. Embora a fluência em Libras seja considerada fundamental ao Psicólogo que deseje atender à população surda de forma acolhedora, inclusiva e humanizada, respeitando o seu contexto e cultura (CFP, 2025), o uso de intérpretes de Libras durante o atendimento não é proibido ao psicólogo sem fluência. A Resolução 09/2025 e a Nota Técnica 18/2025 estabelecem que o intérprete deva receber treinamento sobre o plano de atendimento, os instrumentos de avaliação e os termos técnicos que utilizados (CFP, 2025). Ainda assim, a responsabilidade pela entrevista, aplicação, correção e interpretação do instrumento utilizado permanece com o Psicólogo, que deve estar atendo às expressões do avaliando para captar as suas intenções e reais emoções.

O Código de Ética Profissional proíbe ao psicólogo ensinar os instrumentos e técnicas psicológicas à terceiros, assim como impede qualquer interferência na validade e fidedignidade de instrumentos psicológicos (CFP, 2005). Deste modo, o

uso de testes, escalas, inventários, questionários e métodos projetivos é exclusivo ao psicólogo (Lei 4119/1962). Quando utilizar testes aprovados pelo SATEPSI, o profissional deve seguir a orientação, padronização e normatização definidas no respectivo manual técnico (CFP, 2022).

Assim, destaca-se que a maioria dos testes adaptados e validados no Brasil pelo SATEPSI são padronizados para falantes (Furtado, 2023). O quantitativo restrito de testes padronizados para a população surda e a ausência de indivíduos surdos no processo de padronização, citado no tópico 4.4, têm levado os avaliadores a optarem por instrumentos não verbais para avaliação desta população. Isso ocorre porque a aplicação de testes verbais em pessoas surdas requer de fluência em Libras e habilidade na tradução do idioma original do instrumento para o Português (Angelini & Oliveira, 2003).

No tocante a adaptação do espaço de avaliação, o psicólogo deve adaptar o ambiente para garantir a acessibilidade, como redução de ruído, boa iluminação, sinalização visual, e inclusão necessárias para o atendimento de pessoas surdas (Senado Federal, 2019). É fundamental garantir espaço de acomodação para o surdo e seu acompanhante ou intérprete, além de todos os recursos e instrumentos indispensáveis para a avaliação psicológica.

Quando um indivíduo necessita de uma autorização para comprovar a um órgão de controle ou a uma empresa privada que possui aptidão para realizar uma atividade específica sem representar risco a si mesma ou à terceiros, ela deve passar por uma avaliação psicológica. O resultado desta avaliação demonstrará, por meio de um Atestado Psicológico, se o avaliado está apto ou inapto para a atividade desejada (Gabriel, 2022). Nota-se, pelas informações dos entrevistados, que os surdos buscam as avaliações psicológicas por estes motivos compulsórios. Embora uma avaliação dure, em média, entre 8 e 12 sessões de 45 a 50 minutos (Hutz, 2016), as avaliações psicológicas compulsórias tendem a durar uma única sessão, focalizando no exame de aptidão do indivíduo. Todavia, a entrevistada 1 relatou que estes exames de candidatos surdos tendem a durar de 90 a 120 minutos, devido à necessidade de mais tempo para a entrevista, explicação dos termos técnicos e aplicação dos testes.

Os manuais dos instrumentos indicam o método apropriado para a aplicação (CFP, 2022). O teste Palográfico, por exemplo, requer boa iluminação e que o avaliador diga a palavra “Sinal” para que o avaliado trace uma linha horizontal e siga a execução normal (Minicucci & Alves & Esteves, 2004). Entretanto, o entrevistado 3

informou substituir esta palavra por uma pequena piscada na luz para chamar a atenção dos surdos. Apesar de adaptar o teste ao contexto, esta prática constitui falta ética no uso do instrumento (CFP, 2005).

6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa foram encontradas diferenças práticas na avaliação psicológica de surdos e ouvintes, algumas orientações e normas, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Senado Federal, 2019), a Resolução 09/2025 e a Nota Técnica 18/2025 (CFP, 2025), por exemplo, sinalizam que o Governo Federal e o Conselho Federal de Psicologia estão atuando para amenizar essa desigualdade. Estes documentos orientativos definem instruções inclusive em relação à redução de barreiras linguísticas, de acessibilidade e de preparação do ambiente para a avaliação psicológica de pessoas surdas. Contudo, entre os profissionais ainda carece a formação qualificada e preparada para o atendimento deste público.

A dificuldade de encontrar psicólogos que realizem avaliação psicológica de pessoas surdas disponíveis a ceder uma entrevista para esta pesquisa demonstra a presença dessa desigualdade, mesmo que o Código de Ética Profissional do Psicólogo visa eliminar desigualdades na população (CFP, 2005). O número restrito de psicólogos fluentes em Libras em relação aos que necessitam do apoio de intérpretes presenciais ou através de tecnologias assistivas aprofunda ainda mais este contraste. O uso desses intérpretes, sem formação em Psicologia, durante a aplicação de testes de uso exclusivo dos psicólogos, além de reforçar essa desarmonia, provoca uma polêmica ética, a qual está sendo amenizada pela Resolução 09/2025 e a Nota Técnica 18/2025.

O fato da Língua Brasileira de Sinais ser uma língua mais concreta e objetiva, resulta na dificuldade de os indivíduos surdos compreenderem analogias. Com isso, a maior demanda de tempo nas avaliações psicológicas de indivíduos surdos, devido à quantidade de termos técnicos que necessitam ser traduzidos e explicados, sem o uso de analogias, reforça este contraste em relação aos ouvintes.

O número restrito de testes padronizados e validados para serem aplicados na avaliação de indivíduos surdos, reforçam esta desigualdade. O pequeno número de artigos científicos nacionais encontrados para referenciar teoricamente este artigo científico, assim como as manifestações dos entrevistados, demonstram a escassez

de pesquisas científicas em andamento e de notas técnicas e orientações em elaboração acerca da avaliação psicológica de pessoas surdas.

O tempo de formação dos psicólogos avaliadores não resultou em redução desafios da avaliação psicológica de deficientes auditivos. Entretanto pode-se associar a fluência em Libras e a maior vivência dos psicólogos com indivíduos surdos com a redução de alguns desafios, resultando em facilidade na socialização e acolhimento aos surdos, mais facilidade para explicar, aplicar e interpretar os instrumentos e de perceber suas expressões.

Pesquisas futuras poderão contemplar entrevistas com psicólogos e pessoas avaliadas, surdas e ouvintes, de outras regiões brasileiras, com maior número de participantes. Isso permitirá obter uma amostra ampliada dos desafios enfrentados na avaliação de deficientes auditivos. Espera-se que este trabalho contribua para o avanço do conhecimento na área e incentive a produção de novos estudos acerca avaliação psicológica de indivíduos surdos.

REFERÊNCIAS

- Angelini, S. N., & Oliveira, R. V. (2003). Aplicação do teste verbal Zulliger (forma individual) em pessoas surdas. *Psic - Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 4(1), 82–93. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000100009. Acesso em: 24 ago. 2024.
- Alqudahid, S. Zuriekat M. Shatarah, A (2024). Impact of hearing impairment on the mental status of the adults and older adults in Jordanian society. *PLoS ONE* 19(3): e0298616. <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0298616>. Acesso em 14 set. 2025.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). (2015). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050:2015). ABNT. Disponível em: <https://www.abntcolecao.com.br/mpf/norma.aspx?ID=461490#>. Acesso em 28/09/2025
- Barros, I. O. (2019). A relação da Psicologia com a deficiência: das velhas práticas para novas alternativas. Prêmio Profissional Avaliação Psicológica direcionada a pessoas com deficiência. Brasília, DF. Conselho Federal de Psicologia. 116 p. Disponível em: https://satepsi.cfp.org.br/docs/CFP_livrodigital_premio2.pdf. Acesso em: 08 nov. 2025.
- BRASIL. Civil, C. (2015). Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 14 set. 2025.
- Cardoso, L. M., & Capitão, C. G. (2007). Avaliação psicológica de crianças surdas pelo Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister. *Psico-USF*, 12(2), 135–144. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712007000200002>. Acesso em: 28 ago. 2024.
- Conselho Federal de Psicologia. (2002). Cartilha de avaliação psicológica. Brasil, 2022. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica1.pdf.

Acesso em: 26 mar. 2023

- Conselho Federal de Psicologia. (2005). Resolução nº 10, de 21 de julho de 2005. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2025.
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). Resolução CFP n. 31/2022. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-31-2022-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-09-2018?origin=instituicao&q=31/2022>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- Conselho Federal de Psicologia. (2025). Nota Técnica nº 18, de 14 de maio de 2025. Disponível em: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/05/SEI_CFP-2183756-Nota-Tecnica.pdf. Acesso em: 17/07/2025.
- Conselho Federal de Psicologia. (2025). Resolução nº 9, de 24 de abril de 2025. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/05/SEI_CFP-2153164-Resoluc%CC%A7a%CC%83o.pdf. Acesso em: 17/07/2025.
- Elbay, R. Y., Bakıcı, B., & Kalcıoğlu, M. T. (2023). Depression, anxiety, and quality of life in patients with cochlear implant: a case-control study. *The Journal of International Advanced Otology*. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36975078/>. Acesso em 14 set. 2025.
- Furtado, A. L. S. (2023). A importância em considerar a cultura surda na avaliação psicológica: uma revisão narrativa. *Meta: Avaliação*, 15(46). Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/rt/prINTERfriendly/3789/0>. Acesso em: 14 set. 2025.
- Gabriel, M.A. (2022). Laudo Psicológico e outros documentos técnicos: laudos, atestados, pareceres, relatórios, declarações e prontuários. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. 96 p. Acesso em: 09 nov. 2025.
- Hutz, Cláudio Simon; Bandeira, Denise Ruschel; Treintini, Clarissa Marcelli; KRUG, Jefferson Silva. *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 16-26.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). Censo Demográfico 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=9>. Acesso em: 16 jul. 2025.
- Minicucci, A. Alves. I.C.B. Esteves, C. O Teste Palográfico na Avaliação da Personalidade. (2004). Vetor Editora. 199 p. Acesso em: 08 nov. 2005.
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). (n.d.). Saúde Auditiva. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/saude-auditiva>. Acesso em: 12 set. 2024.
- Piovesan, A., & Temporini, E. R. (1995). Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de saúde pública*, 29, 318-325.
- Rocha, C. de A. F., Albernaz, W. de O., Ferreira, C. A., & Nascimento, V. S. (2024). Psicologia e Inclusão: uma Revisão de Literatura sobre Atendimento Psicológico em Libras. *COGNITIONIS Scientific Journal*, 7(2), e552. Disponível e; <https://doi.org/10.38087/2595.8801.552>. Acesso em: 21 set. 2025.
- Tong, A., Sainsbury, P., & Craig, J. (2007). Consolidated criteria for reporting qualitative research (COREQ): a 32-item checklist for interviews and focus groups. *International journal for quality in health care*, 19(6), 349-357.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto.

Temáticas, 22(44), 203-220.

Wilkins, A. M., Morere, D. A., Pick, L. H., Day, L. A., & Anderson, M. L. (2022). Characteristics of Psychologists Assessing Deaf and Hard of Hearing Clients. *The Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 27(2), 115–124. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/deafed/enab039>. Acesso em 13 set. 2024.

Worldometers. (n.d.). Disponível em: https://www.worldometers.info/pt/#google_vignette. Acesso em: 12 set. 2024.